

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO IV | Nº 13 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil, Maio/Jun/Jul de 2025

Editorial

Um povo sem mais nada a perder! Inflação, dívidas, exploração e violência no dia a dia dos brasileiros

Antonio Galego

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram um aumento do desemprego e da precarização do trabalho no primeiro trimestre de 2025. Ao somar os dados de informalidade (38,9 milhões) com a desocupação (7,7 milhões), pessoas fora da força de trabalho (67 milhões) e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (4,6 milhões), chegamos a um total de 118,2 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país sobrevivendo diariamente sem uma renda estável e digna, sem perspectivas.

Os trabalhadores do setor privado ou público também tem sobrevivido com cada vez menos direitos (retirados por reformas neoliberais como a trabalhista e previdenciária), trabalhos temporários, terceirizados, jornadas exaustivas e salários baixos. O salário mínimo do Brasil (que teve um pífio aumento para R\$ 1.518) está entre os piores da América Latina, atrás de Paraguai, Colômbia, Guatemala, Bolívia, entre outros.

A isso se soma o poder real de compra das pessoas. De nada adianta aumentar uma migalha o salário se a inflação dos alimentos e outros produtos essenciais vem aumentando. Segundo o IBGE, nos últimos 12 meses a inflação acumulou uma alta de 7,42%, com destaque para o ovo de galinha (+19,44%), o tomate (+12,57%), o café moído (+8,53%). A tendência é a continuidade da carestia. As medidas do governo para o controle dos preços



não tem surtido efeito, ao contrário, beneficiam as empresas na “falácia” de chegar no consumidor, tal como a isenção de impostos sobre importação de determinados alimentos.

Mas o povo precisa comer! Por isso, toda essa situação tem gerado um endividamento gigantesco na classe trabalhadora. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) informa que 80,5% das famílias que ganham até três salários mínimos estão endividadas. A proliferação de jogos de azar (tigrinhos, etc.), a naturalização da prostituição e pornografia, o aumento dos vícios, desestruturação familiar/comunitária e transtornos mentais estão entre algumas das consequências culturais de uma sociedade cada vez mais degenerada, sem perspectiva de vida e de futuro.

Ao contrário das ilusões e promessas, desde o início do governo Lula a violência e a devastação só aumentou nos campos e florestas do Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra

(CPT) o ano de 2024 registrou 2.185 conflitos agrários, o segundo maior número de conflitos desde 1985, atrás apenas do ano de 2023. As queimadas e desmatamento também seguem aumentando. Não há perspectiva de terra e moradia para o povo, só Plano Safra de 400 bilhões para fortalecer os ricos latifundiários. Pra piorar, a nova “PEC da Segurança” e Projetos de Lei que criminalizam a luta popular fortalecem ainda mais as forças repressivas do Estado contra as massas no campo e na cidade.

Frente a tudo isso, tem crescido a rejeição popular legítima ao governo Lula. Na incapacidade de fazer medidas que beneficiem o povo, o governo Lula segue atendendo piamente os interesses dos bancos, do agronegócio e das classes dominantes.

As massas populares no Brasil estão numa encruzilhada histórica. E apesar de todo desespero e sofrimento da nossa classe, é nesses momentos que as alternativas são forjadas. É fundamental que os elementos ativos, lutadores do povo, revolucionários, não se deixem desviar dos reais problemas das massas pelos factoides da política parlamentar, que se vinculem ao povo e atuem com uma proposta classista e combativa para impulsionar as lutas e a reorganização da classe trabalhadora. Nesse caminho, as burocracias governistas (PT, PCdoB, CUT, CTB, UNE, etc.) devem ser combatidas sem trégua. Os trabalhadores estão ficando sem nada a perder, a não ser suas correntes! À luta, camaradas! ■

NÃO À COP30

Em novembro, ocorrerá em Belém (PA), a COP 30, um verdadeiro balcão de negócios do capitalismo verde. De nada adianta sediar a COP 30, se o agronegócio e o neoextrativismo continuam sendo o eixo do desenvolvimentismo brasileiro.

PÁGINA 2

DECRETO DA FOME

O Governo Lula/Alckimin publicou sem nenhum diálogo o Decreto nº 12.438 em abril de 2025, um verdadeiro atentado contra mais de um milhão de catadores de materiais recicláveis em todo o país, em benefício da máfia do lixo internacional.

PÁGINA 3

MEMÓRIA DAS LUTAS

Nessa edição o leitor vai ter acesso a resgates da nossa história como classe trabalhadora e como povo brasileiro: o 1º de Maio, o levante por transporte no Novo Gama (GO) e a Greve nacional dos Caminhoneiros de 2018.

PÁGINAS 5 E 7

PRIMEIRO ANO DE EXISTÊNCIA DO GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR!

Antonio Galego

O jovem grupo revolucionário Libertação Popular completa um ano de existência em maio. Para aqueles que estão de fora pode parecer pouco, mas certamente para todos os militantes que assumiram os desafios da nossa opção de luta e se lançaram à ação, em um momento adverso como o atual, foi um ano intenso, ainda mais se somamos os problemas de vida, tempo e condições de trabalho precárias.

Os debates internos e a prática diária do Grupo buscaram refletir os balanços que fizemos em vários âmbitos (político, teórico, estratégico e organizacional) a partir da experiência de luta nos últimos anos. Foi um ano para colocar as fundações, pilares ou vigas da obra. Formar um novo agrupamento para seguir os mesmos erros, arrotar soberba, dogmatismo e impaciência não foi a nossa opção. Ainda há muito o que fazer, na teoria e na prática.

Durante esse ano reorganizamos nossas frentes de massas (popular e sindical), realizamos diálogos importantes com grupos e camaradas de diferentes regiões do país, fizemos formações políticas, ingressamos novos membros, impulsionamos nossa agitação e propaganda junto aos povos e setores militantes através de cartazes, panfletos, comunicados e, especialmente, através do jornal O Amigo do Povo, hoje distribuído em todo Brasil.

Não nos arrogamos os detentores de uma “doutrina verdadeira” semi-religiosa, rejeitamos os dogmatismos de seita. Mas buscamos, sim, coerência e intransigência na defesa da nossa Classe e da Revolução. Essa é a nossa bússola. Defendemos uma linha classista e combativa para o movimento sindical e popular, a partir da ação direta, da independência de classe, do antigovernismo e do federalismo. Nosso objetivo final é a revolução brasileira, a construção do socialismo, do poder popular e do bem-estar para nossa gente. Nossa estratégia é ir ao povo e organizar os setores mais explorados para a guerra de classes contra o Estado e o Capital.

No meio de 2025 o Grupo Libertação Popular realizará uma importante Plenária Geral para debater e encaminhar os próximos passos da luta, para os próximos anos que virão! Avante! ■

TODO PODER AO POVO! CONSTRUA O GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR!

Questão ambiental

COP 30 no Pará será um balcão de negócios do capitalismo verde

Aurora

Atualmente representantes de diversos países se reúnem na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP) para discutir os desafios da questão climática global. Este ano, em novembro, esta ocorrerá no Brasil, em Belém (PA). O que embasa tal encontro é a discussão acerca da emissão de gases de efeito estufa e o enfrentamento às mudanças climáticas.

Entretanto, desde o início de tais encontros traçaram estratégias de enfrentamento que não visam uma redução total da emissão destes gases, nem tampouco uma reflexão sobre a necessária mudança do atual modelo produtivo, mas sim a financeirização da questão ambiental. Isso porque desde a assinatura do Protocolo de Quioto (1997) se colocou a possibilidade de compra de “crédito de carbono” dos países pobres, que via de regra poluem menos, pelos países ricos. Ou seja, não há uma intenção real de redução mas de troca financeira entre países, aliviando a consciência e dando um verniz ambientalista para as superpotências. É o que podemos chamar de “capitalismo verde” ou “imperialismo ambiental”.

Em 2025 a sede desse balcão de negócios será uma das maiores cidades da Amazônia brasileira, Belém (PA). Cidade que apesar da localização, é um grande centro urbano, com altíssimo índice de violência, pobreza e desafios socioambientais. O governo Lula/Alckmin, junto com o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) enchem a boca se proclamando a favor das questões ambientais, mas como a própria notícia da imprensa institucional assinala, o pano de fundo da conferência é o financiamento internacional para as florestas.

Em meio a esse contexto de charlatanismo e demagogia, os ataques à biodiversidade e aos povos persistem. No início do ano, o governador do Pará, por meio da Lei 10.820/2024 tentou acabar com o ensino presencial nas comunidades indígenas e quilombolas, só não conseguiu ir adiante por conta da combativa resistência dos povos e da greve na educação. Lula (PT) têm pressionado os órgãos ambientais



a aprovar a exploração na Bacia do Foz do Rio Amazonas. O aumento da violência no campo atingiu um patamar recorde em 2024, sendo o segundo maior da década. O número de incêndios florestais em 2024 foram os mais altos desde 2010. O STF, na figura de Gilmar Mendes, pressiona pela mineração em terras indígenas. A demarcação de terras indígenas e a reforma agrária seguem paradas. A política do governo federal de apoio incondicional ao agronegócio é a explicação para tais índices catastróficos.

De nada adiante sediar uma COP 30, se o agronegócio e o neoextrativismo continuam sendo o eixo central do desenvolvimentismo brasileiro. A COP, portanto, não representa nenhuma esperança para a questão ambiental, nem social. Lembremos que a solução para a questão ambiental perpassa pela questão agrária, por uma mudança no modelo produtivo. Se não houve, nem há no horizonte, uma mudança na estrutura agrária brasileira, se o desenvolvimentismo e o neoliberalismo continuam a vento e popa, o ambientalismo a ser discutido na COP 30 é apenas um engodo para o imperialismo ambiental florescer e coesionar os povos.

Objetivamos inserir os povos da floresta num ambientalismo de resultados, transferindo a eles a missão de proteger a floresta em meio ao avanço da devastação capitalista, e ainda sem nenhuma grande garantia de acesso direto ao fundo internacional para preservação das florestas. Aos povos da floresta, em especial os povos indígenas, foi colocada a missão de protegerem a floresta e por extensão o clima global, em troca de alguns trocados em meio a manutenção do modelo produtivo com apenas mudanças cosméticas. ■

Proletariado marginal

Decreto da fome: um ataque do Governo Lula a mais de um milhão de catadores de materiais recicláveis

Jiren D.

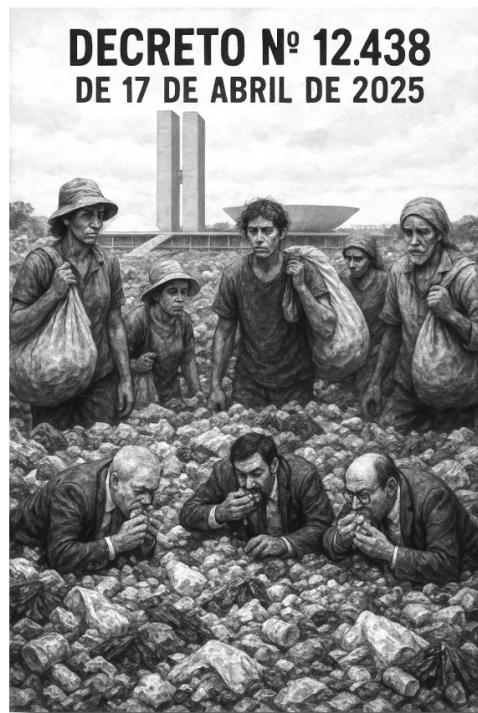
No apagar das luzes de um feriado, de forma oportunista o Governo burguês do Lula/Alckmin do PT publicou o Decreto nº 12.438 de 17 de abril de 2025, um verdadeiro atentado contra mais de um milhão de catadores e catadoras de materiais recicláveis em todo o país. O decreto, feito nas sombras e sem qualquer consulta às organizações da categoria, revoga na prática os avanços conquistados com a Lei nº 15.088/2025 — uma conquista arrancada com suor e mobilização das massas dos catadores. A nova regulamentação reabre as portas para a importação de resíduos recicláveis, cinicamente chamados de “insumos estratégicos”, entregando de bandeja o mercado nacional às multinacionais da máfia do lixo internacional.

O decreto ignora a dura realidade de quem vive da coleta nas ruas, lixões e cooperativas. Com a entrada de materiais estrangeiros, os preços do reciclável nacional vão despencar, empurrando milhares de famílias para a miséria, fechando cooperativas e destruindo décadas de organização popular. É o decreto da fome, do desemprego e da falência das bases autônomas de reciclagem no Brasil. A realidade é que, enquanto os catadores garantem mais de 90% de tudo que é reciclado no país, são tratados como lixo pelo próprio Estado Burguês.

O Congresso Nacional representante dos interesses do capital faz lobby com as máfias do lixo internacional e promove o desastre social e ambiental que se anuncia. E o governo federal, que vende como verde e inclusivo nas cúpulas internacionais como a COP 30, ataca de forma covarde justamente os sujeitos históricos da reciclagem no país. É mais um ataque do Partido dos Trabalhadores, que governa com banqueiros e empresários, enquanto massacra e mata e humilha as massas populares.

Diante disso, os catadores exigem a revogação imediata do Decreto 12.438/2025. Exigem também mesa de diálogo com participação direta da categoria e a liberação dos investimentos prometidos e nunca realizados.

Chamamos todas as cooperativas, associações, catadores autônomos e o MNCR a se levantar numa nova jornada de lutas contra o Decreto da Fome. Chegou a hora de retomar a tradição combativa do movimento dos catadores, forjada nas resistências dos fechamentos dos lixões e a luta de rua com marca a história do MNCR histórico, com independência de classe, ação direta e solidariedade entre os de baixo, vamos romper as ilusões que alguns setores dos catadores têm com o governo burguês do PT e construir um movimento dos



catadores classista, popular. É hora de ir ao povo e fazer tremer os poderosos: nenhum catador a menos! ■

Volta a ser manchete em Goiânia a repressão aos vendedores ambulantes

Guina

A Rua 44, na região central da cidade — um importante polo têxtil —, onde existe grande concentração de trabalhadores ambulantes, volta a se tornar palco do embate entre o direito ao trabalho e as forças repressoras, defensoras do lucro dos patrões e do poder político da classe dominante.

Mudam-se os governos, mudam-se as alianças e os conchavos, mas permanecem inalterados os interesses estruturais das classes dominantes, fazendo parecer que a história se repete como tragédia e farsa.

O que devemos aprender com essa repetição é a clareza: existem interesses inconciliáveis entre as classes. O que as classes opressoras não conseguem cooptar, buscam proibir e exterminar.

Em outras metrópoles do Brasil não é diferente: as melhores respostas à opressão sempre foram a **ação direta, combativa e coletiva**, sem ilusões em representantes políticos, sem confiar na morosidade burocrática das vias institucionais que apenas servem ao capital.

Há alguns anos, durante uma importante mobilização dos ambulantes da região da 44, o movimento



popular se deparou com uma escolha: seguir por uma via combativa ou se render à via moderada.

Na via moderada, a prefeitura condicionou que os ambulantes elegeassem sete representantes para compor uma comissão de negociação com as autoridades. Tal medida conciliatória surgiu da dificuldade da Polícia Militar e da Guarda Municipal em reprimir a resistência popular, além do desgaste da imagem da prefeitura diante da brutalidade policial cada vez mais exposta pela imprensa.

A resistência direta, massiva, vinha sendo vitoriosa. Mas a prefeitura, afastando a luta das ruas para as mesas fechadas, subordinando a

maioria à decisão de poucos, neutralizou a força coletiva.

A prefeitura prometeu criar uma feira no contraturno do comércio, concentrada em uma das ruas da região. Com os ambulantes domesticados e sem a pressão popular nas ruas, abandonou o projeto e traiu o acordo.

Essa experiência expõe os limites da via colaboracionista e ensina: **sem mobilização popular permanente, não há conquistas duradouras.**

Saber quando radicalizar é fundamental. Tão importante quanto criar conjuntura de pressão sobre as autoridades é manter o protagonismo coletivo acima de qualquer representação. Para isso, é imprescindível construir bases sólidas de mobilização: assembleias, pequenos coletivos, redes de solidariedade entre ambulantes, jornais populares e ferramentas de organização autônoma.

Esse é o dever dos revolucionários: ajudar o povo na grande tarefa da **auto-organização** e da construção da sua força social para avançar na luta! ■

AVANCEMOS NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR!

VIVA O 1º DE MAIO CLASSISTA E COMBATIVO!

Nossa tradição de luta e os desafios atuais da classe trabalhadora



Alberto Parsons



Samuel Fielden



Luis Lingg



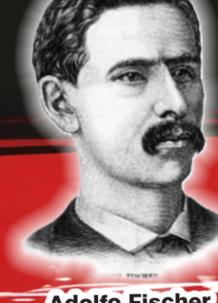
Augusto Spies



Miguel Schwab



Jorge Engel



Adolfo Fischer



Oscar Neebe

Comunicado nº 4 do Grupo Libertação Popular, 1º de Maio de 2025.

A memória do 1º de Maio ainda hoje é uma ameaça ao sistema. Por isso os ricos, os políticos e burocratas sindicais tentam apagar e, principalmente, distorcer essa memória. Ou então a colocam como uma “peça de museu”, assunto para “artigo acadêmico”, sem relação com a realidade atual da massa de trabalhadores. São as únicas formas deles se apropriarem dela e, ao mesmo tempo, negarem-na completamente.

Ainda hoje vivemos no Brasil uma brutal exploração, carestia de vida, jornadas de trabalho exaustivas, informalidade, retrocessos sociais e trabalhistas, precarização de serviços de saúde e educação, repressão estatal e paramilitar, perseguição patronal. Temos muitos motivos para lutar! Por outro lado, nos faltam instrumentos organizativos e estratégias de luta adequadas. A maioria dos sindicatos e partidos da esquerda (PT, PCdoB, PSOL, CUT, CTB, etc.) estão vendidos e desmoralizados por décadas de conciliação de classes. Essa burocracia sindical e partidária é o exato oposto do espírito de luta do 1º de Maio.

Por isso é importante resgatar nossa história, aprender com ela, divulgá-la para as massas, pois ela nos dá pistas de onde e como caminhar para reorganizar a nossa classe, retomar a confiança dos trabalhadores em sua auto-organização e luta direta por seus direitos, rompendo com as amarras governamentais e patronais, enfim, construindo hoje as alternativas de organização e luta para a vitória final dos trabalhadores.

Os Mártires de Chicago e a verdadeira história do 1º de maio

Em 1886, na cidade de Chicago, estado de Illinois, EUA, havia um movimento operário em ascensão, impulsionado por uma reivindicação de grande apelo popular: a redução da jornada de trabalho para 8 horas, num contexto em que os operários chegavam a trabalhar 10, 14 e até 16 horas diárias.

Agindo entre os trabalhadores, líderes operários capacitados e determinados tinham no anarquismo seu pensamento-guia para analisar e transformar a realidade. Defendiam uma estratégia sindical revolucionária baseada na independência da classe trabalhadora em relação à burguesia e ao Estado, na ação direta e na greve geral insurrecional para a construção de uma nova sociedade.

Essas lideranças estavam organizadas na Associação Internacional do Povo Trabalhador (IWWA, na sigla em inglês), uma organização que nasceu em 1883 a partir de lideranças anarquistas e de “clubes social-revolucionários” que rompem com o Partido Trabalhista Socialista dos EUA. A IWWA em pouco tempo alcança a influência nos principais sindicatos de Chicago e em outras cidades do país.

Opostos a esse movimento estavam os patrões, autoridades do Estado e a imprensa burguesa de Chicago, amedrontados e determinados a ir às últimas consequências para sufocar o que identificavam como uma ameaça aos seus privilégios.

Como acúmulo dessa radicalização, no dia 1º de maio de 1886 foi marcada uma greve geral em Chicago. Os grevistas estavam dispostos a mantê-la até o atendimento das reivindicações. As atividades da cidade foram interrompidas e começou uma passeata de milhares de trabalhadores rumo a praça Haymarket. A passeata acabou num comício gigantesco e encerrou pacificamente.

Porém, no dia 3 de maio a violência policial recaiu forte sobre os operários grevistas da fábrica McCormicks. A polícia chegou atirando, ferindo, matando e espalhando o caos entre os trabalhadores. Como resposta os líderes anarquistas chamam um novo comício de denúncia para o dia seguinte.

No dia 4 de maio, na praça Haymarket, um grande comício se realizava pacificamente, com os oradores conclamando a união e a coragem dos trabalhadores para

enfrentar a violência da burguesia. Perto do fim, porém, uma bomba explodiu entre os policiais, matando meia dúzia de pessoas e ferindo dezenas de outras. Em reação, a polícia atirou indiscriminadamente contra a multidão, multiplicando os mortos.

Esse atentado (nunca esclarecido a verdadeira autoria) serviu de pretexto para uma perseguição brutal contra o movimento, cujo ponto máximo foi a prisão, condenação e enforcamento dos mais destacados líderes operários, todos anarquistas: Alberto Parsons, Samuel Fielden, Luis Lingg, Augusto Spies, Miguel Schwab, Jorge Engel, Adolfo Fischer e Oscar Neebe. Destes, Fielden e Schwab foram condenados a prisão perpétua; Neebe a 15 anos de cadeia; os demais à pena de morte.

O processo contra os operários anarquistas foi marcado pelo ódio de classe da burguesia, mas também pelo heroísmo e coerência dos condenados (registrado para sempre em seus discursos, proferidos após as sentenças), assim como pela solidariedade internacional. Assim, em 1899, em um congresso operário em Paris o dia 1º de Maio foi escolhido como Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores.

Retomar o caminho de luta classista e combativo dos trabalhadores

O 1º de Maio é um dia de Luto e de Luta. Das experiências e mártires do passado tiramos nossa força para seguir lutando hoje contra o mesmo inimigo: o sistema capitalista que explora e oprime as massas trabalhadoras no Brasil e no mundo todo.

Hoje, porém, o movimento dos trabalhadores passa por uma forte crise de organização e direção a nível global. Nos falta um instrumento organizativo e de ação que represente um poder real dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo contra os projetos da burguesia e do imperialismo, assim como foi a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no século XIX.

Na falta desse instrumento classista, e reinando a fragmentação, o confusãoismo e a impotência da nossa classe, proliferam-se a algumas décadas, por um lado, as “soluções” dogmáticas de uma esquerda radical presa nas camadas médias e sem penetração popular, e por outro, e ainda mais importante, amplia-se a conversão da socialdemocracia/comunismo em gestores responsáveis da ordem capitalista “contra o fascismo” e como forças auxiliares de blocos burgueses em disputa (EUA x China, Lula x Bolsonaro, etc.).

Urge uma associação internacional que possa intervir, com ações concretas e poder real, com uma linha classista e combativa, nesse cenário internacional de acirramento das guerras (Palestina, Ucrânia, Síria, etc.), frente às empresas capitalistas globais e ao aumento da escravidão, da informalidade e outras formas de exploração, frente aos desastres ambientais e ataques aos camponeses e povos oprimidos, impulsionando e apoiando (sem dogmatismo de “correntes”) as lutas, levantantes e revoluções na América Latina, Oriente Médio, etc.

Essa estratégia não pode se perder de vista, devemos caminhar no seu rumo, guiando nossas tarefas diárias e locais, por mais pequenas que sejam. Ela não cairá do céu. A reconstrução do poder de pressão global dos trabalhadores se dará de baixo para cima, da mobilização de massas por reivindicações concretas, e não de líderes iluminados com “boas ideias”.

Assim como os anarquistas fizeram em maio de 1886, devemos atuar sobre a nossa realidade concreta, com um método materialista de mobilização, que impulse através da auto-organização, intransigência classista e ação direta, as reivindicações mais sentidas da nossa classe (redução da jornada, contra a carestia, fim da violência policial, por terra e moradia, por salário e emprego, etc.). É apenas sobre esse terreno de acirramento da guerra de classes que qualquer ação revolucionária e socialista pode avançar. É esse terreno que deu origem ao 1º de Maio, e é esse o terreno que o Estado, a burguesia e as burocracias sindicais mais temem.

Precisamos formar e unir lideranças populares, com firmeza ideológica,

não-dogmáticas e bem capacitadas para a luta. Há alguns anos temos lutas importantes (entregadores, caminhoneiros, camelôs, fim da 6x1, indígenas, etc.) em que ativistas e organizações são capturadas para o campo Lulista ou Bolsonarista, traíndo suas bases e se desmoralizando, e onde setores combativos tem pouca ou nenhuma influência.

É hora de ir ao povo! Isso significa ruptura com as agendas e vícios pequenos-burgueses que infestam a esquerda, mas principalmente um trabalho sério de penetração nos setores estratégicos do proletariado, desenvolvendo métodos de luta e organização no setor privado, informal, transporte, industrial, agro e mineração, favelas, cidades de interior, etc.

Nesse 1º de Maio todos nós, lutadores do povo, socialistas revolucionários, temos uma grande responsabilidade em nossos sindicatos, oposições sindicais, coletivos anônimos de trabalhadores (em empresas com alta repressão), movimentos populares e favelas: Manter viva a chama da revolução social! Reorganizar nossa classe para o combate, por uma vida digna e pela libertação! ■

Luta dos trabalhadores

Breque dos Apps: a greve que ecoa das ruas contra as plataformas neoliberais!

Jiren D.

Nos dias 31 de março e 1º de abril, milhares de entregadores em diversas cidades do país realizaram o breque dos apps, protagonizando mais um capítulo da luta direta das massas trabalhadoras. A paralisação, conhecida como *Breque dos Apps*, escancarou a miséria imposta pelo modelo de exploração neoliberal das plataformas: enquanto o preço dos combustíveis, da alimentação e da manutenção explode, os valores pagos pelas entregas seguem estagnados, mostrando o completo desprezo dos patrões pela vida dos que movem a cidade.

As reivindicações da paralisação foram: taxa mínima de R\$ 6,50 para R\$ 10,00 por entrega, aumento do valor por quilômetro rodado para R\$ 2,50, limite de até 3km para bicicletas e pagamento integral por entrega – sem os cortes arbitrários que ocorrem em pedidos combinados. Nas ruas, com faixas e palavras de ordem, os entregadores denunciaram o regime de superexploração que chamam, corretamente, de *escravidão moderna*.

Os entregadores são hoje uma das categorias mais precarizadas e estratégicas do

proletariado urbano. São massa jovem, combativa e invisibilizada – mas com grande potencial de insurgência. Por isso, é tarefa dos militantes populares, revolucionários e organizações de base apoiar ativamente sua luta, disputar os rumos dessa categoria com independência de classe e combater os oportunismos da direita e da esquerda institucional, que tentam domesticar a revolta. É hora de ir ao povo e construir, com povo, luta e organização sólida para ter força orgânica e real para a vitória do povo. ■

Condenação injusta atinge 11 ativistas do Movimento Resistência Popular (MRP) no DF

Érico

O Movimento Resistência Popular é um movimento de trabalhadores pobres que lutam pelo direito básico da moradia e da terra no Distrito Federal. Independente de partidos, governos e empresários, foi fundado há 9 anos, e desde então vem sofrendo perseguições por parte do Governo do DF, polícia civil e militar, além do judiciário. Devido a essa perseguição, ativistas do MRP foram detidos, processados e encarcerados ao longo dos anos.

O capítulo mais recente desse processo é a condenação, em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), de 11 ativistas e ex-ativistas do MRP por extorsão, organização criminosa e outros delitos penais. O processo desde o inquérito pela polícia civil é cercado de vícios e não possui provas materiais, sustentando-se somente pelo depoimento de uma única testemunha que não afirma ter sofrido extorsão pelos integrantes do MRP. A condenação foi proferida, desconsiderando que todas as famílias do MRP negaram qualquer tipo de extorsão por parte do movimento.

A situação dos 11 condenados pelo TJDFT é grave, e a expedição de mandatos já começou a ser feita, podendo os integrantes condenados pegarem até 7 anos de cadeia. Essa ofensiva do Estado brasileiro aos trabalhadores do movimento representa na prática o tratamento da justiça e desta democracia no tratamento daqueles que ousam minimamente se



organizarem para reivindicar direitos básicos.

A criminalização do MRP é parte de uma política nacional de várias instituições do Estado para atacar os movimentos sociais. Na edição anterior deste jornal, apresentamos uma relação de projetos de lei em curso que visam a aprofundar a criminalização e perseguição aos movimentos populares. Em todo Brasil cresce a violência do Estado, de fazendeiros, grileiros e grupos organizados (e armados) contra as lutas do povo. Em contraponto a essas perseguições, aprofundar na organização e na solidariedade com os movimentos combativos é dever dos militantes e apoiadores para a continuação do trabalho desses movimentos.

OCUPAÇÕES DO MRP EM BRASÍLIA: A LUTA CONTINUA

Apesar do avanço dos processos que criminalizam ativistas do MRP, o movimento

continua com ocupações ativas no Distrito Federal. Há 3 anos no Sol Nascente, o Acampamento Renascer tem efetuado atividades agrícolas como o plantio coletivo, além das atividades corriqueiras da criação de animais e plantio de hortaliças. A chácara que deu origem ao acampamento era utilizada para desmanche de carros roubados, além de manterem para o cuidado da propriedade um senhor em condições desumanas.

Em Brazlândia, o Acampamento Terra Prometida tem resistido bravamente há mais de cinquenta despejos e perseguições das mais diversas. Tanto por parte da polícia quando de grupos de grileiros que tentam desarticular e incriminar lideranças do MRP. Apesar disso, o acampamento se mantém ativo, realizando atividades com as famílias, assembleias, reuniões estratégicas com órgãos distritais e federais em busca do assentamento das famílias que estão no Acampamento Terra Prometida.

Para manter as ocupações é essencial o apoio de militantes. Recentemente, incentivamos uma campanha de arrecadação para providenciar alimentos para as cozinhas coletivas dos acampamentos. Se você deseja contribuir para a manutenção das cozinhas coletivas e para o crescimento das ocupações, nos envie um e-mail para o endereço oamigodopovo@inventati.org. ■

A greve dos caminhoneiros em maio de 2018



Jiren D.

Em maio de 2018, o Brasil parou. A paralisação dos caminhoneiros, que bloqueou estradas, interrompeu abastecimentos e causou impactos econômicos profundos, foi mais que um protesto contra o preço do diesel: foi uma explosão do instinto de revolta das massas precarizadas. Nesse levante, vislumbrou-se um novo ciclo de lutas — marcado pela espontaneidade, autonomia e ação direta — que ultrapassa as amarras do sindicalismo de Estado e dos partidos tradicionais.

A revolta não surgiu do nada. Ela emergiu do acúmulo de insatisfações provocadas por décadas de neoliberalismo cruel, por governos servís à burguesia nacional e internacional, e por uma estrutura sindical burocrática divorciada dos trabalhadores. Na greve, viu-se a negação explícita do sindicato como ferramenta de luta. Os próprios caminhoneiros expulsaram os sindicalistas que tentaram se aproximar, desnudando sua função real: servir de freio, de braço do governo na repressão, assinando acordos fajutos enquanto a base queimava de indignação.

A paralisação se articulou à revelia das estruturas formais. Foi horizontal, descentralizada, organizada via WhatsApp, nos postos de gasolina, nos acostamentos, nas conversas de estrada. Ali, onde a sociabilidade real acontece, germinou a luta. Sem dirigentes oficiais, sem mandatos. Sem patrões e sem partidos. Foi o povo em movimento, com todos os limites e contradições que esse movimento carrega.

Ao lado dos caminhoneiros, surgiram motoristas de van, motoboys, trabalhadores de aplicativo. Todos precarizados, todas vítimas do mesmo sistema. Unidos pela dor comum, construíram uma solidariedade de classe concreta e viva, que rompeu as fronteiras da representação política. A ação direta — bloqueios, piquetes, paralisações — mostrou seu poder de fogo: causou prejuízos bilionários à burguesia, escancarou a dependência do sistema do trabalho de base, dos que movem a mercadoria e alimentam o capital.

Mas também surgiram os limites. A presença de setores patronais e a

hegemonia de discursos confusos “nacionalistas e da extrema-direita”, infiltrados nas redes de comunicação, impuseram barreiras à consciência de classe. A bandeira do Brasil tremulava junto aos caminhoneiros — símbolo de uma pátria mistificada e disputada que oculta as divisões de classe. Discursos de intervenção militar e antipolítica se espalharam entre áudios e memes. O instinto era revolucionário, mas a consciência, por vezes, contraditória e com limites.

Ainda assim, como ensina a tradição revolucionária, não se deve desprezar a revolta por seus limites. A revolta é o estopim, o grito primal de uma classe que não aguenta mais. Ela é potência bruta, é o momento em que a paciência popular se rompe. E é nela que reside o germe da transformação. A consciência não nasce da calma, mas do caos criador da ação coletiva.

Por isso, a memória da greve dos caminhoneiros deve ser guardada como lição e inspiração. Mostrou que sem estruturas permanentes e autônomas, cada revolta tende a desaparecer como fúria no vento. Mas também mostrou que há força nos setores estratégicos da classe trabalhadora, que há sede de luta naqueles que movem os caminhões, os aplicativos, os serviços e os bens do povo.

Cabe a nós, militantes da causa popular, fortalecer essa base viva, criar laços duradouros, cultivar uma nova organização sem partidos eleitoreiros, sem patrões e sem política burguesa. Um movimento que avance do instinto à consciência, da explosão à construção. Com ação direta, com solidariedade de classe, com federalismo de base e ética libertária. Com o povo e para o povo.

Não nos interessa conduzir o povo — queremos marchar com ele, lado a lado, construindo no seio da revolta popular as sementes da revolução. Porque é no caos que nasce a liberdade. Porque só o povo organizado e em movimento pode romper as correntes da exploração. Porque só há futuro se for de baixo para cima. E porque, como ensina a história, é da massa em fúria que emergem as novas auroras. ■

14 anos do Levante Popular no Novo Gama: Ação Direta por Melhorias no Transporte



Érico

Era cedo quando os moradores de sete bairros do município de Novo Gama (GO) interromperam a circulação de veículos numa importante rodovia que corta o município. No dia 28 de março de 2011, os trabalhadores que muito cedo levantavam para se dirigir ao serviço, se organizaram para efetuar um importante e prolongado protesto. A movimentação deu vazão a revolta acumulada de anos, devido ao desprezo dos governos municipal e estadual em relação à infraestrutura da rodovia GO-520 que liga bairros populares do município goiano ao Distrito Federal.

Somava-se a isso outra angústia dos moradores: as precárias condições do transporte público, monopolizado pela única empresa de transportes, a Viação Anapolina. As reivindicações eram a duplicação, asfaltamento e iluminação da rodovia, além da diminuição da tarifa paga no transporte público, à época 4 reais o trajeto da região dos bairros onde ocorreu o protesto, até a rodoviária do Plano Piloto de Brasília, há 48km de distância. O cumprimento dos horários corretos de circulação do transporte e melhoria geral nas condições dos ônibus também eram parte das reivindicações da comunidade.

Os trabalhadores começaram o protesto às 5h30 da manhã e foram encorajados por outros moradores dos bairros. As reclamações nos pontos de ônibus, na vizinhança e nos comércios, agora recebiam um desfecho prático e direto a partir da articulação e cobrança devida dos moradores.

Dez ônibus foram apedrejados e queimados, enquanto a truculenta PMGO chegou atirando para o alto e lançando bombas de efeito moral. A população revoltosa enfrentou a polícia, recebendo-a sob pedradas. Entre os moradores, seis foram presos acusados de vandalismo. O protesto terminou por volta das onze horas da manhã, tendo a população saído com algumas vitórias. Após receber líderes comunitários, a prefeitura iniciou, no ano seguinte (2012) as obras de duplicação e pavimentação da rodovia. O transporte público, porém, é ainda bastante precarizado e caro.

Relembrar esse episódio de revolta nos dá pistas dos caminhos necessários para enfrentar a precarização das condições básicas da vida em nossas periferias, e reforçar a necessidade das organizações nas esferas da vida social para alcançarmos as mudanças pelo povo desejadas. ■

Movimento sindical

ELEIÇÕES DO SINPRO-DF: Oposição se unifica para derrubar a burocracia sindical

Aurora

Entre os dias 28 e 29 de maio ocorrerá eleição para diretoria do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF), um importante momento de politização e uma oportunidade para debater com a categoria outras formas de luta. Para o pleito se inscreveram 3 chapas.

A chapa 1 “Mais lutas, mais conquistas” é liderada pela burocracia do PT e PCdoB, que comanda o sindicato há mais de 30 anos. Apesar do nome, acumula derrotas profundas para a categoria, perdas salariais, avanço da militarização, do controle da força de trabalho, aumento da carga de trabalho, da privatização da educação do Distrito Federal. É reconhecida por sua apatia para lutas, e por

conduzir greves e lutas burocraticamente. Apesar disso se perpetuam no poder devido ao burocratismo arraigado, acordos de cúpula e suas práticas centralistas e anti-democráticas.

A chapa 2 (Alternativa, unificando as oposições), foi construída a partir da unificação de diversas oposições sindicais (Grupo Libertação Popular, Reviravolta, Unidos para Lutar, Unidade Popular e independentes). A Alternativa se propõe a não ser apenas uma nova gestão do sindicato, mas a reorientar as instâncias decisórias de modo a possibilitar uma maior participação e decisão da base. Ou seja, um dos principais objetivos da Alternativa é desburocratizar o Sinpro e construir vitórias

através da luta direta e não de conchavos.

Já a chapa 3 é dirigida pelo Movimento de União dos Profissionais da Educação. O MUP, apesar de se colocar como um movimento de oposição e apartidário, é dirigido por dissidências do PT e PCO e entusiastas da CUT. A forma de organização do movimento que é centralista e personalista, não trazendo esperanças de grandes mudanças.

Nós do Jornal O Amigo do Povo acreditamos que é fundamental apoiarmos e incentivarmos os/as professores e professoras da educação pública do DF a votarem e apoiarem a chapa 2. *Urge a necessidade de mudanças no Sinpro/DF, para varrer a pelegada!* ■



O papel da formação dos militantes do povo nos períodos de crise e refluxo

Antonio Galego

Ao longo de fevereiro e março desse ano o Grupo Libertação Popular realizou em Brasília (DF) uma série de encontros de formação (subsidiados por um caderno de textos disponível no site do jornal) com a temática “Ciclo de Formação do Militante do Povo – trabalho de base, perfil militante e análise de conjuntura”. O intuito foi fornecer ferramentas básicas, políticas e teóricas, para a análise e intervenção na luta de classes. Para além disso, os debates evidenciaram a importância da formação em tempos de refluxo, e que tipo de formação devemos buscar como revolucionários.

Em um momento de crise de organização e direção da classe trabalhadora, conjugada com refluxo (diminuição) das lutas, é normal as pessoas jovens ou recém ingressas na militância se sentirem “perdidas”, afinal de contas, nos momentos de crise as referências do que é certo ou errado a se fazer ficam mais confusas. Organizações que teriam força para fazer alguma mudança, não o fazem, e aquelas que teriam a intenção de mudar algo, não tem força para isso. Numa situação assim, a tendência geral é as pessoas se agarrarem naquilo que é mais “sólido” (ou aparenta ser), inclusive se afastando da militância. Por mais contrariadas ou “críticas”, muitas pessoas também acabam apoiando as opções políticas hegemônicas, simplesmente por que não veem futuro ou estão cansadas de ser oposição.

De nada adianta para os militantes revolucionários esconderem a realidade, criando cenários fantasiosos e triunfalistas, cedo ou tarde as pessoas percebem e desanimam. Por outro lado, é possível e necessário contrapor o discurso pessimista e comodista. Para isso é fundamental ver além das aparências, saber que a realidade está em constante transformação. E aqui entra a importância da formação militante: para compreender melhor a realidade, criar firmeza ideológica, evitar frustrações e impaciências, garantir ferramentas políticas e técnicas para saber o que fazer diante de vários cenários diferentes. Nos momentos de crise e refluxo se torna ainda mais importante não desperdiçar energia, e isso só é possível pensando corretamente no que se faz.

Na ausência de uma situação estratégica de ofensiva das massas, sem grandes lutas e mobilizações, a uma política de formação de

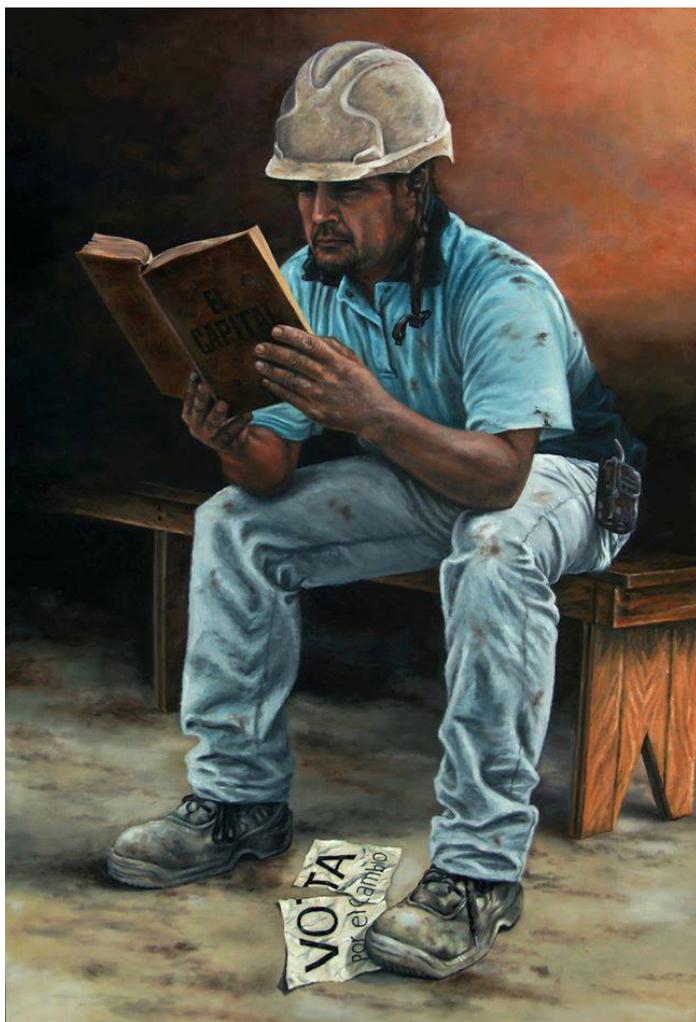
trabalhadores de vanguarda, com capacidade para pensar e intervir na realidade, que saibam pelo que lutam, contra quem, com qual estratégia, etc. e, ainda por cima, formados em uma situação difícil de crise e refluxo, é fundamental não apenas para “resistir” às tendências gerais desagregadoras (citadas anteriormente) mas, principalmente, preparar uma vanguarda popular para intervir nas novas lutas e revoltas que virão, extraíndo

influenciadas na sua forma e conteúdo pela pequena-burguesia, distantes dos desafios concretos da luta das massas, mais preocupadas na autodemarcação dogmática de posições de “correntes”. Esses “estilos” de formação são fortemente influenciados pelo momento de crise e refluxo e, particularmente, pela hegemonia pequeno-burguesa na esquerda.

Para nós, o dogmatismo, academicismo, tarefismo, etc. devem ser superados por uma política de formação fortemente ancorada no conhecimento da realidade brasileira e na prática militante junto às massas. Devemos conhecer nosso país, nossa classe, nossos inimigos, etc. Mas não se aprende para depois agir, a ação vem sempre antes, mas deve ser iluminada por uma base teórica realmente útil. Como disse a Federação Anarquista Uruguaia na década de 1970, é a partir desse conhecimento que vamos construindo uma política eficaz:

Para propor um programa é preciso conhecer a realidade econômica, política, ideológica de nosso país. O mesmo vale para se formular uma linha política suficientemente clara e concreta. Se conhece-se pouco e mal não haverá programa e só poderá haver uma linha muito geral, muito difícil de concretizar em cada lugar em que o partido trabalhe. Se não há uma linha clara e concreta não há política eficaz. (...) Queremos estudar e pensar o país e a região como revolucionários. Então, entre os elementos que incluem as diferentes tendências da corrente socialista, tomaremos sempre os elementos que melhor nos sirvam para isso. (Huerta Grande, FAU-Histórica)

Ou seja, o programa e a estratégia de uma organização militante deve emergir de baixo para cima, da realidade concreta das massas populares do país (como propôs Bakunin no século XIX), e não de dogmas ideológicos ou disputa entre “correntes”. Para isso os militantes devem aproveitar contribuições de diferentes correntes socialistas, tendo como objetivo central inegociável a transformação da realidade brasileira. Na medida que se avança o conhecimento sobre essa realidade a organização alcança um maior grau de concretude e eficácia em sua ação revolucionária. A formação tem, portanto, um papel fundamental aí, não apenas para capacitar o militante individualmente, mas para o avanço coletivo da organização dos social-revolucionários como um todo. ■



de cada uma delas o máximo para a causa revolucionária: maior organização, autoconfiança e conscientização das bases, formação de novas lideranças, etc. Nos momentos de ascensão das lutas é a prática que ganha centralidade quase exclusiva, por isso é bom já saber “o que fazer”.

Mas a formação que estamos falando não é qualquer uma. O termo “formação” é muito amplo. Hoje nós temos erros comuns quando se fala em formação: um é o tarefismo ou pragmatismo, que nega a importância da base teórico-ideológica da luta de classes, defendendo no máximo uma formação “técnica”; outro é o academicismo e o dogmatismo, que desenvolve políticas de formação